



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 17 - dezembro de 2016

Leituras para a infância no século XIX brasileiro

Readings for children in the Brazilian nineteenth century

*Regina Zilberman**

RESUMO

Os primeiros livros destinados à infância brasileira foram publicados nas primeiras décadas do século XIX. Desde o início, caracterizaram-se por sua ligação umbilical com a escola, apresentando necessariamente um componente didático. Mas estabeleceram um mercado com identidade própria e abriram caminho, antes do século XX, para o fortalecimento da literatura infantil enquanto gênero literário.

PALAVRAS-CHAVE: Leituras infantis; Escola; Livro didático; Leitor

ABSTRACT

The first books intended for Brazilian children were published in the early nineteenth century. Since the beginning, they had close ties with school life, necessarily presenting an educational component. However, before entering the twentieth century, they established a market of their own and paved the way towards strengthening children's literature as a literary genre.

KEYWORDS: Children's readings; School; Textbook; Reader

* Doutora pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. Professora de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre – RS – Brasil – reginaz@portoweb.com.br

Pode-se situar o começo da literatura infantil brasileira no final do século XIX, à época da implantação do regime republicano. Porém, antes das últimas décadas do oitocentos, identifica-se a circulação de obras dirigidas a crianças e jovens, ainda que de modo precário e irregular. Esboça-se um mercado de livros, caracterizado pela predominância de livros estrangeiros, na maioria importados de Portugal e destinados à escola. Enquanto gênero literário, a literatura infantil não tinha a visibilidade que posteriormente alcançou, mas é possível acompanhar suas manifestações desde os primeiros anos daquele século.

1 De Dom João VI (1767-1826) de Portugal a D. Pedro II (1825-1891) do Brasil

Um dos primeiros livros destinados às crianças a circular no Brasil deve ter sido o *Tesouro dos meninos*, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (SILVA, 1978, p. 117)¹, obra de Pierre Louis Blanchard (1758-1829) traduzida do francês por Mateus José da Rocha (?-1828)². Em Portugal, podem-se citar pelo menos outras duas obras anteriores, também destinadas à infância e que provavelmente eram conhecidas pelas crianças nascidas na América lusitana: de 1798 é a *Coleção de histórias, anedotas, fatos, fábulas, diálogos, cartas e dramas*, em três tomos, “traduzidos dos melhores autores franceses para instrução da mocidade de ambos os sexos” e publicados, em Lisboa, pela Tipografia Rollandiana (RODRIGUES, 1951, p. 24); e *O desafio: Leituras úteis e divertidas*, de Antônio Manuel Policarpo da Silva (1790?-1819), volume editado em Lisboa pela Oficina de João Procópio Correia da Silva, em 1802.

No Brasil das primeiras décadas do século XIX circulou também outro livro, publicado pela Imprensa Régia: chamava-se *Leitura para meninos*, e, conforme o catálogo de Alfredo do Vale Cabral, continha “[...] uma coleção de histórias morais relativas aos defeitos ordinários às idades tenras e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural” (CABRAL, 1881). A primeira edição data de 1818, e o responsável pelo livro, provavelmente seu autor, é, conforme Cabral, José Saturnino da Costa Pereira (1771-1852), irmão do jornalista exilado Hipólito José

¹ O comerciante inglês John Luccock (1770-1826), que viveu no Brasil entre 1808 e 1818, registra o lançamento dessa obra pela “imprensa licenciada” e comenta que o *Tesouro dos meninos* trata de “moral, virtude e boas maneiras” (LUCCOCK, 1975, p. 379).

² No endereço <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0075/index.htm>, pode-se consultar a versão digital dessa obra.

da Costa (1774-1823) e intelectual ativo nesse período em que a Corte portuguesa habitava as terras brasileiras.

Essa obra, *Leitura para meninos*, devia compartilhar com a outra, *Tesouro dos meninos*, a finalidade educativa, sobretudo moralizante, e a apresentação de histórias fictícias a serem contadas às crianças. Surpreendente é o fato de *Leitura para meninos* ter sido várias vezes reimpresso e não muito tempo depois do aparecimento da primeira edição: Cabral registra as reedições de 1821³, 1822 e 1824, fato quase inusitado em sua pesquisa sobre a Imprensa Régia, depois Imprensa Nacional, que raras vezes relançava suas obras.

O fato é tanto mais surpreendente, quando lembramos que, seja nesse período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, seja logo a seguir, conquistada a Independência, nem a educação das crianças era obrigatória, nem disseminada a instrução entre a população. Pelo contrário, desde os constituintes de 1824 até o final do Império, multiplicaram-se as queixas de que era deficitário o estado da educação e da instrução da infância em todo o país, mesmo nas áreas mais adiantadas e civilizadas, como a Corte no Rio de Janeiro.

Mesmo assim, *Leitura para meninos* encontrou seu público, talvez entre os adultos que procuravam livros para ensinar as crianças a ler e adquirir bons modos e padrões morais, e isso em uma obra provavelmente adequada à faixa etária dos consumidores. Percebe-se como se misturam duas metas: o livro não é necessariamente escolar, porque contém “histórias morais”; mas também lida com conteúdos típicos de disciplinas curriculares (geografia, cronologia, história de Portugal e história natural).

Rubens Borba de Moraes, examinando a produção da Imprensa Régia nas primeiras décadas do século XIX, enquadra *Leitura para meninos* na literatura infantil, observando:

A literatura infantil surge, em 1818, com uma obra que fez sucesso, pois foi reimpressa em 1821, 1822 e 1824. É um “livro de leitura”, como se dizia antigamente: *Leitura para os meninos...* A obra saiu anônima, mas é de José Saturnino da Costa Pereira, irmão de Hipólito da Costa. (MORAES, 1993, v. 1, p. XXIX).

³ A edição de 1821 apresenta ligeira diferença no título: denomina-se *Leituras para os meninos*, “[...] contendo um silabário completo, uma coleção de agradáveis historietas próprias à primeira idade e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural ao alcance dos meninos” (CABRAL, 1881).

Pertencendo à literatura infantil, *Leitura para meninos* sintetiza o que então se entende como próprio àquele gênero: dirige-se a um público definido, que vai tomando forma e, à primeira vista, já impõe sua presença no mercado de livros; lida com matéria ficcional, mas essa tem intuito educativo; e convive com conteúdos científicos, característicos do currículo escolar.

A imposição paulatina desse novo público pode ser percebida em outros pontos. A *Notícia do catálogo de livros*, de 1811, anuncia no estoque do livreiro Manuel Antônio da Silva que se encontram à venda livros didáticos destinados ao ensino de retórica, gramática e matemática, adequados ao currículo escolar da época, tais como *Alfabeto para instrução da mocidade*, *Arte Poética de Horácio*, *Coleção de cartas para meninos*, *Compêndio de Retórica*, *Elementos de Aritmética*, *Elementos de Sintaxe*, *Gramática Latina*, *Gramática portuguesa*, *Instrução da Retórica*, *Instrução literária*, *Regra para a educação dos meninos*, *Tabuada para meninos* e *Tratado de educação física e moral* (SILVA, 1811). O *Catálogo de obras que se vendem na loja de Paulo Martim*, segundo Hallewell o principal livreiro do período (HALLEWELL, 1982, p. 20)⁴, alardeia o material que veio “[...] no último navio de Lisboa [...]”⁵, onde consta *Leituras juvenis e morais*, livro destinado à formação de meninas.

Que o público infantil começava a tomar forma nesse início do século XIX indica-o também outra iniciativa da Impressão Régia: em 1814, foram publicadas as *Aventuras pasmosas do célebre Barão de Munkausen*, obra, segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Luíz Carlos Vilalta,

[...] escrita em inglês e publicada originalmente em 1785, na Inglaterra. Sua autoria, porém, é atribuída ao cientista e bibliotecário alemão Rudolf Erich Raspe (1737-1794). A tradução do romance foi feita por André Jacob, inglês de nascimento, segundo Inocêncio, que na época estava a serviço da Marinha de Guerra, no Brasil, tendo vindo para o país provavelmente com a esquadra que acompanhou o príncipe regente D. João. (NEVES; VILLALTA, 2008, p. 23).

A popularidade desse livro pode ser medida por outra providência: em 1847, as *Aventuras pasmosas do célebre Barão de Munkausen ou história de suas espantosas*

⁴ O Paulo Martim que atuava no Rio de Janeiro era filho do Paulo Martim residente em Lisboa e provavelmente o livreiro a que se refere Hallewell. Escreve Nireu Cavalcanti: “O Rio de Janeiro exercia seus atrativos, levando Paulo Martim, importante livreiro de Lisboa, a enviar seus filhos Ignácio e Paulo Agostinho Martim, em 1799, àquela praça a fim de administrar uma casa do ramo” (CAVALCANTI, 2004, p. 151).

⁵ *Catálogo de obras que se vendem na loja de Paulo Martim*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, [1822].

viagens constavam do catálogo de publicações da editora Laemmert, uma das casas mais comprometidas com a oferta de obras dirigidas ao emergente público carioca.

O Brasil da década de 1840 era uma nação com a autonomia política consolidada, ainda que não estivesse livre da órbita econômica da Inglaterra, nem da influência intelectual portuguesa, originária dos tempos coloniais.

A emancipação política tinha sido proclamada em setembro de 1822, por D. Pedro I (1798-1834), herdeiro de D. João VI, que retornara a Portugal em abril de 1821, na sequência de pressões políticas resultantes do movimento constitucionalista de 1820, deflagrado na cidade do Porto. A separação se consolidara depois de 1825, sendo que, entre essa data e 1831, o novo país experimentara intensamente os conflitos entre a administração centralizadora do imperador e os anseios dos líderes brasileiros, temerosos de que a Metrópole lusitana reinstalasse o poder colonial. A abdicação do rei, em 7 de abril de 1831, não acalmou os ânimos, e conflitos separatistas ocuparam os quase dez anos do período regencial. Com a ascensão de D. Pedro II ao trono brasileiro, em 1840, deu-se a pacificação, que coincidiu com a submissão de partidos políticos e territórios até então insubordinados (o Pará da cabanagem, o Maranhão da Balaiada, a Bahia da sabinada, e o Sul da revolução farroupilha).

Dessa pacificação resultou o amplo predomínio da Corte, representada pelo governo situado no Rio de Janeiro, a capital do império brasileiro, sobre as demais regiões geográficas. Mas o fato político dependeu igualmente da consolidação de um novo, fértil e prolongado ciclo econômico – o do café, que determinou uma alteração nos ocupantes da camada superior, representada agora pelos cafeicultores; não, porém, na estrutura de classes, dominada ainda, e até o final do século XIX, pelos proprietários de terra, principal sustentáculo do regime monárquico.

Era hora, pois, de fortalecer os aparelhos culturais e educacionais. O movimento emancipacionista chega à literatura, que busca alternativas de expressão. Poetas e prosadores inclinam-se na direção do Romantismo nacionalista, não mais em voga na Europa, mas adequado ao projeto de afirmação da emancipação política, por meio da cor local e da criação de tipos representativos da identidade nacional, corporificada inicialmente no indígena, mais adiante em figuras ligadas à economia rural, como o sertanejo e o gaúcho.

A literatura infantil experimentava situação diferenciada, pois às crianças eram destinadas obras em que se misturavam ensinamentos e fantasia. As *Aventuras pasmosas do célebre Barão de Munkausen* provavelmente mobilizaram a imaginação;

mas, em volumes como *Tesouro dos meninos* e *Leitura para meninos*, certamente predominavam a instrução e o moralismo. Perspectiva identitária nacionalista e cor local povoarão a literatura para crianças tão somente depois de começado o século XX (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984; LAJOLO; ZILBERMAN, 1986).

2 Leituras postas ao alcance das crianças brasileiras

No começo da década de 60 do século XIX, o imperador Pedro II encomendou a Gonçalves Dias (1823-1864) a avaliação das bibliotecas e instituições de ensino situadas nas províncias do Nordeste do Brasil. Seu relatório, de 1862, dá conta das carências e problemas existentes nos locais visitados:

Um dos defeitos é a falta de *compêndios*: no interior porque os não há, nas capitais porque não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades. Voltando ainda a Bahia, foram ali os compêndios de Monteverde, *com injúria e prejuízo dos autores brasileiros superiores de muito ao autor português*: estão admitidos somente estes: a gramática, aritmética e moral de Monteverde, o catecismo de Fleury, e a caligrafia de Vanzeller, de que se não poderão litografar exemplares. Qualquer que fosse o fundamento da escolha é certo que o Conselho da instrução, que foi quem a propôs, esqueceu-se de um livro para leitura; e se alguns professores remediaram este inconveniente, adotando com melhores razões *O bom homem Ricardo e Máximas* de Franklin, outros, a maior parte, obrigam os meninos a ler pelo catecismo, livro impróprio para leitura por ser escrito em perguntas e respostas; esqueceu-se o Conselho de que a impressão de cartões para escrita e aritmética, de silabários e de frases, seria mais cômoda e de mais proveito à instrução; não pensou em que as nossas litografias não podem ainda tirar bons traslados, motivo por que se estragou a caligrafia de Vanzeller, e não há modelos de escrita nas escolas; não atendeu a que não há livros, pelos quais se dê lições de leitura manuscrita, de modo que, se o professor quer dar remédio a esta falta, exige que os alunos tragam cartas, e como estas não podem ser idênticas, também não pôde haver o emprego do método que a lei recomenda; em último lugar foi injusta para com os professores, autores da Bahia; que, segundo ele, “levarão sempre em mira o lucro, e nunca a sua capacidade literária”. Não mereciam tão acre censura aqueles que levados por um estímulo digno de louvor confeccionavam compêndios sobre que recaísse algum dia a atenção do Conselho, que os devera favorecer; foi injusto, dando preferência à gramática de Monteverde, quando as há melhores na Bahia, e não uma, senão algumas, a de Martezão, a de Felipe Alberto e a de Gentil; há tão boas aritméticas como a de Monteverde, e em igualdade de circunstâncias era justiça premiar o nobre esforço desses autores em vez de os injuriar, além de os desfavorecer. Resultou que a gramática de

Monteverde é adotada nas escolas para exercícios de leitura, e pessimamente; porque a impressão, como de outras, dizia o Conselho, está cheia de vergonhosos e grosseiros erros. (apud MOACYR, 1939, v. 2, p. 525-526. Grifos no original).

Antes de Gonçalves Dias, Francisco Otaviano (1825-1884) anota, em 1851, em matéria publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, o que à época circulava entre o público infantil nas escolas brasileiras:

Em 1850 nas escolas da Corte, a leitura das “Fábulas” de Esopo foi, em geral, substituída pelo “Tesouro dos meninos”, e finalmente pelo “Simão de Nântua” de Jussieu. Concordo que qualquer desses dois últimos livros contém lições de moral a mais pura; mas não sei se é um apego às reminiscências da infância, que me faz preferir ao livro do filósofo escravo (Esopo). O que é verdade é que as boas fábulas são muito recomendáveis; enquanto os outros livros se esforçam por demonstrar um fato, as fábulas ensinam um princípio, e tanto mais seguramente quanto o menino é doutrinado, sem o perceber, por meio de um exemplo trivial de que ele vai por si mesmo tirar a conclusão, que vem a ser uma máxima para a vida. Na província do Rio de Janeiro há alguns compêndios elementares compostos pelo padre José Policarpo. Mandou-se imprimir as poesias sacras do padre Caldas para uso das escolas. Creio, porém, que esse monumento clássico da linguagem é próprio para as aulas secundárias de gramática e de eloquência, mas não para as escolas cujos alunos reclamam leituras adaptadas à sua inteligência e à ciência de seus mestres. Poucos professores primários se hão de achar no Brasil que possam lecionar devidamente uma ode do padre Caldas. Na Inglaterra não se dá às crianças um livro desta ordem. As traduções e compilações são apropriadas ao seu desenvolvimento intelectual presumível. Há livros para crianças de Mrs. Henan, as histórias do Evangelho de Mrs. Barrow; a obra-prima “Jornada do Peregrino” de Bunyan, e muitas outras deste gênero. E não é só nas matérias religiosas que se encontram os escritos escolásticos, há gramáticas, tratados de geografia, de história nacional, e contos próprios unicamente para a infância. Dá-se o mesmo fato na França e na Alemanha. Os contos populares de Grin (*sic*) são muito conhecidos. (apud MOACYR, 1939, v. 2, p. 561-562).

Os dois autores unem-se em uma crítica comum: faltam obras adequadas à infância e à juventude por inexistirem títulos apropriados e porque os livros em circulação estão em mau estado, a ponto de, conforme Gonçalves Dias, crianças trazerem de casa material de leitura. Que esse panorama não se restringia às escolas visitadas pelo poeta comissionado pelo imperador indica-o depoimento de Silvio Romero (1851-1914): “Ainda alcancei o tempo em que nas aulas de primeiras letras

aprendia-se a ler em velhos autos, velhas *sentenças* fornecidas pelos cartórios dos escrivães forenses” (ROMERO, 1885, p. 164).

O testemunho de José Veríssimo (1857-1916), exposto em *A educação nacional*, de 1906, confirma o diagnóstico de Gonçalves Dias e de Silvio Romero:

Seja-me permitida uma recordação pessoal. Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li. O *Manual enciclopédico* de Monteverde, a *Vida de D. João de Castro* de Jacinto Freire (!), *Os Lusíadas* de Camões, e mais tarde, no Colégio de Pedro II, o primeiro estabelecimento de instrução secundária do país, as seletas portuguesas de Aulete, os *Ornamentos da memória* de Roquete – foram os livros em que recebi a primeira instrução. E assim foi sem dúvida para toda a minha geração. (VERÍSSIMO, 1906, p. 4).

A partir das anotações de Gonçalves Dias e Otaviano, é possível identificar que livros e autores eram destinados ao público que se formava nas salas de aula. Dentre os didáticos, são eles: a gramática, a aritmética e a moral do português Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881), autor, entre outras obras, do *Método facilimo para aprender a ler* e do *Manual enciclopédico*, citado por José Veríssimo; o *Catecismo histórico* do parisiense Claude Fleury (1640-1723), bastante popular até o século XIX; a caligrafia de Vanzeller (?); *A Ciência do bom homem Ricardo* ou meios de fazer fortuna, livro de máximas de Benjamin Franklin (1706-1790), obra não necessariamente dirigida ao público infantil, que, em 1822, tinha sido publicada pela Imprensa Nacional com o título de *Aforismos domésticos para legítimos constitucionais, ou ciência do bom homem Ricardo, dando um meio fácil para pagar tributos* (CABRAL, 1881); os compêndios compostos pelo padre José Policarpo, provavelmente as *Postilas de gramática portuguesa* (1859) ou o *Compêndio de gramática portuguesa* (que, em 1865, alcançou a quarta edição), ambas de Policarpo José Dias Cruz. Dentre os livros de leitura, aparecem as fábulas de Esopo, cujo lugar teria sido tomado, em 1850, pelo *Tesouro dos meninos* (talvez a edição já referida), na sequência substituído pelo *Simão de Nântua* de Jussieu.

Foi grande a difusão de *Simão de Nântua* entre os leitores do século XIX. Elomar Tambara registra o número de horas semanais dedicadas aos provérbios e histórias importadas desse livro nas classes de leitura nas aulas de ensino-mútuo (TAMBARA, 2009). Talvez por essa razão seja seguidamente mencionado em obras literárias da época (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

O livro, de 1818 e destinado ao ensino primário, constitui-se de pequenas histórias de conteúdo pedagógico e educativo, narradas pela personagem do título, que circula pela França, viajando de feira em feira, para vender suas mercadorias. Ao longo desse percurso, adquire a experiência que lhe permite aconselhar as pessoas e relatar episódios edificantes para os ouvintes, representantes da atitude dos leitores.

De autoria de Laurent Pierre de Jussieu (1792-1866), o *Simon de Nantua, ou le marchand forain* transformou-se em *História de Simão de Nântua, ou o mercador de feiras*, na tradução do português Felipe Ferreira de Araújo e Castro (1771-1849), publicada em Paris em 1830. Sua reedição foi promovida em 1837 pela Tipografia da Viúva de J. A. S. Rodrigues, com a indicação de que se tratava de “[...] nova edição aumentada de uma tradução literal para os que começam a estudar as línguas portuguesa e francesa e das obras póstumas de Simão de Nântua” (RAMOS, 1982, p. 79). Em 1851, ano em que Francisco Otaviano redige a nota transcrita antes, a tradução da *História de Simão de Nântua* realizada por Felipe Ferreira de Araújo e Castro é lançada no Pernambuco, iniciando sua trajetória brasileira.

Figuram ainda entre os textos de leitura em circulação nas escolas brasileiras, conforme o testemunho de Francisco Otaviano, as poesias sacras do padre Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), poeta e orador que gozou de grande reputação no Brasil e em Portugal, autor da *Ode ao homem selvagem*, frequentemente reproduzida em manuais de literatura do século XIX.

Otaviano é particularmente crítico em relação à propriedade de se oferecerem os poemas sacros de Sousa Caldas a estudantes. Tais textos tinham sido recentemente impressos para “uso das escolas”, e pode-se concordar com o jornalista que versos de recorte neoclássico dificilmente agradariam às crianças. Além disso, adverte Otaviano, poucos professores estariam aptos a ministrar aulas com tal conteúdo. Calcado no exemplo da Inglaterra, o jornalista relembra obras que poderiam ser oferecidas para a infância, a exemplo do que ocorre na Europa. Nesse sentido, sugere a leitura dos livros de Mrs. Henan (sic?), as histórias de Mrs. Barrow (sic?) e “Jornada do Peregrino”, a alegoria (originalmente *The Pilgrim's Progress*), do inglês John Bunyan (1628-1688). Observe-se que, sem indicar sua leitura, Otaviano chama a atenção para a popularidade dos contos dos Grimm.

Além de sugerir alguns títulos, Otaviano propõe que se elejam obras que possam provocar interesse, já que comprovadamente deram certo na Europa, em especial na

Inglaterra. Lembra ainda que não se deve perder de vista o ângulo pedagógico, aspecto presente nas fábulas, por exemplo, que “ensinam um princípio”.

As anotações de Gonçalves Dias e Francisco Otaviano, somadas às recordações de Silvio Romero e José Veríssimo, chamam a atenção antes para a ausência do que para a presença de livros infantis no cotidiano escolar da criança brasileira da segunda metade do século XIX. E destacam sobretudo o desprestígio do autor brasileiro nesse campo da produção literária, já que as preferências recaem sobre os europeus, mesmo quando o similar nacional parece apresentar mais qualidade, como no caso das citadas gramáticas de Martezão, de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parentes, autor da *Cartilha imperial para uso do Sr. D. Pedro II nas suas primeiras lições de literatura e ciências positivas*, de 1851, e de Antônio Gentil Ibirapitanga, seguidores, os dois últimos, dos métodos de alfabetização propostos pelo português Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), que tanto sucesso obteve no Brasil dos anos 1840 e 1850 (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996). A observação também sinaliza a emergência de um mercado, possivelmente lucrativo, do qual nossos autores poderiam participar, em termos de valores positivos e vantagens financeiras.

Escrevendo antes de Gonçalves Dias, Francisco Otaviano também estava atento para a lucratividade do mercado emergente, formado pelo público simultaneamente infantil e escolar, que determina o aparecimento de um gênero específico, o dos “livros para crianças”. Ao mesmo tempo, e tal qual seu parceiro de ideário romântico, Otaviano está ciente de que as obras em circulação eram inadequadas, pedantes e aborrecidas:

As inteligências precoces são exceções: convém que os meninos tenham em mão livros escritos por homens entendidos e que podem raciocinar livremente. Em Inglaterra, de Goldsmith para cá, escrever e publicar livros para crianças (*children books*) têm sido um manancial de grandes lucros; e em França não só muito se há cultivado este ramo de literatura, *mas ainda o próprio governo tem protegido a criação de revistas, gazetas e livros tendentes à ilustração dos mestres e de alunos*. Este assunto merece toda atenção. Temos visto livros dedicados à instrução da infância, *cujo contexto é de um excessivo pedantismo*; outros, viciosos no método ou de *estilo fastidioso, narcotizam o leitor em vez de provocar-lhe a curiosidade*. (MOACYR, 1939, v. 2, p. 561, grifos no original).

Aspecto digno de referência é que nenhum desses autores admite a circulação do livro para crianças fora do contexto escolar, induzindo à assimilação entre os dois presumíveis gêneros, o didático e o infantil. Não por coincidência, quando o governo

trata de suprir as escolas, marcham em parceria para as classes de estudante obras de ficção, como o popularíssimo no século XIX *Contos*, do Cônego Schmid (1768-1854), catecismos e compêndios de gramática, aritmética e outras disciplinas. Veja-se, por exemplo, a relação colhida pela pesquisa de Primitivo Moacyr, que indica os livros distribuídos, em 1866, entre as escolas públicas primárias do Rio de Janeiro:

Foram distribuídos entre as escolas públicas primárias 6607 exemplares de compêndios escolares; 587 de gramática; 652 de “Contos de Schmid”; 565 de história sagrada; 588 de catecismo de doutrina cristã; 95 de história do Brasil; 403 de “Iris clássico”; 423 de *catecismo de agricultura*; 279 do sistema métrico; 1301 silabários; 1700 de tabuadas; e 14 de translados. Em setembro do ano passado foram recebidos na diretoria de instrução os seguintes: 2.000 exemplares de catecismo de doutrina cristã; 1.000 de “Iris clássico”; e ultimamente 1.000 de gramática. (MOACYR, 1939, v. 2, p. 240).

Primitivo Moacyr reproduz os custos dessa operação de compra e distribuição de livros, apresentando valores significativos que devem ter movimentado favoravelmente o mercado livreiro nessa ocasião:

Dos 2:000\$000 de réis consignados na lei do orçamento para compra de livros há um saldo de 1:350\$000, tendo sido gasta até agora a quantia de 650\$000. Calculo, diz o diretor, em 4:000\$000 o que provavelmente tem de ser despendido no próximo ano com a aquisição de exemplares de história do Brasil, de que há falta, e bem assim de sistema métrico e ainda a aritmética de Coruja, cuja aprovação pende do Conselho de Instrução. (MOACYR, 1939, v. 2, p. 240).

Que a prática já estava estabelecida, indicam-no as *Memórias de um pobre diabo*, que Bruno Seabra (1837-1876), sob o pseudônimo de Aristóteles de Souza, publica em 1868. Narrado em primeira pessoa, o romance conta as desventuras da personagem-título que, em dado momento, cogita a produção de uma obra destinada às escolas, cujos dividendos a serem obtidos o ajudariam a saldar suas dívidas:

Se o conselho da instrução pública, pensei, mandasse admitir nas escolas as minhas máximas? E por que não? As de La Rochefoucauld são muito cedias; as do marquês de Maricá inadmissíveis por extensas; as de Vauvenargues ninguém ainda leu; as do conselheiro Bastos ultramontanas exageradas; as de Montesquieu são carapuças políticas; as... as minhas são modernas... e, aprovadas pelo conselho da instrução pública, editores não faltarão.

Estava dada solução ao embaraço dos cento e treze mil e quinhentos [réis]; vendi, in-mente, a primeira edição das máximas. Nesse mesmo dia fiz o requerimento ao conselho da instrução pública remetendo os originais. (SOUZA, 1868).

Não por outra razão proliferam os livros destinados ao ensino. Um dos exemplos é *Íris Clássico*, de José Feliciano de Castilho (1810-1879), irmão do já referido Antônio Feliciano de Castilho, que tanto sucesso fez, a ponto de suscitar a compra de livros pelo governo brasileiro, lembrada por Primitivo Moacyr. A edição brasileira desse livro data de 1860, promovida pela Livraria Laemmert, mas teria sido matéria de uma impressão anterior, em 1859, em Lisboa, somando na ocasião dez mil exemplares, todos adotados nas escolas brasileiras (RAZZINI, 2000). Outros exemplos provêm das coletâneas organizadas por Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), *Lições de coisas*, de 1876, e *Livro da infância*, de 1885.

Contudo, o autor brasileiro mais bem-sucedido foi Abílio César Borges (1824-1891), o Barão de Macaúbas, que abasteceu a infância brasileira com uma coleção de *Livro de Leitura*. Na imagem de Raul Pompeia (1863-1895), que o satirizou por meio da figura de Aristarco Argolo de Ramos, em *O Ateneu*, ele

[...] enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas. (POMPEIA, 1981, v. 2, p. 32-33).

Apesar das hipérboles, Raul Pompeia não devia estar exagerando, pois Primitivo Moacyr constatou, seguindo o relatório do diretor de Instrução do Rio de Janeiro, em 1876, “a dádiva à província de 200 exemplares do 1º livro de leitura; 2000 do 2º; 1000 do 3º feitos pelo Dr. Abílio César Borges” (MOACYR, 1939, v. 2, p. 270). Max Fleuiss informa, por sua vez, que Macaúbas “[...] ofereceu grátis às escolas, de todo o Brasil, importando-os anualmente à sua custa, centenas de milhares, mais de um milhão de compêndios das suas inumeráveis obras didáticas impressas na Europa” (FLEUISS, 1924). Elomar Tambara registra a aquisição, no Rio de Janeiro, em 1881, de 2455 exemplares do *Segundo livro de leitura*, de Abílio César Borges, a que se somam os 2088 volumes do *Terceiro livro de leitura*. Antes disso, em 1871, na província da

Bahia, 2100 exemplares do *Primeiro Livro de Leitura*, do mesmo autor, já tinham sido adquiridos, para distribuição entre escolares.

O Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) não ficou atrás: também ele se dedicou à meritória atividade de produzir obras adequadas a essa nova massa de leitores. Afinal, conforme Primitivo Moacyr indicava em citação anterior, havia “4:000\$000 [a ser] provavelmente [...] despendido no próximo ano com a aquisição de exemplares de história do Brasil, de que há falta” (MOACYR, 1939, v. 2, p. 240). Seu livro *Episódios da história pátria contados à infância*, destinado a escolares, datado, em primeira edição, de 1860, e adotado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública, talvez tenha ajudado a sanar a carência.

3 Livros fundadores

Se faltavam livros brasileiros para o público infantil, havia as traduções, muitas delas importadas de Portugal, outras impressas no Rio de Janeiro, conforme exemplifica o precursor *Aventuras pasmosas do célebre Barão de Munkausen*. Contudo, coube ao cônego Christoph von Schmid o papel de *best seller* da segunda metade do século XIX, graças às vultosas aquisições procedidas pelos órgãos do governo ligados à instrução pública. Dele, foram traduzidos, entre outros livros, *A cestinha de flores*, em 1858, e *Os ovos de Páscoa*, em 1860.

Elomar Tambara, apoiado em relatórios provinciais, constata que, em 1881, 2775 volumes dos *Contos de Schmid* foram adquiridos para distribuição em escolas, ao lado dos livros de Abílio César Borges, já mencionados, e de obras de conteúdo catequético (*Catecismo de doutrina cristã* e *História sagrada*). Antes dele, Primitivo Moacyr já apontara os 652 volumes, distribuídos em 1866. Elomar Tambara destaca a concentração das compras dos *Contos de Schmid* na província do Rio de Janeiro, que, entre 1871 e 1884 (incluindo os 2775 exemplares de 1881), alcança a soma de 9040 volumes, número de fazer inveja mesmo nas primeiras décadas do século XXI.

Ao lado da popularidade impulsionada pelas compras governamentais das narrativas do cônego Schmid, estão as fábulas. Francisco Otaviano, no trecho citado, destaca a importância desse tipo de narrativa, que pode ensinar “um princípio” para as crianças. O polígrafo Justiniano José da Rocha (1812-1863) parece ter lido o conselho de Otaviano, pois, em 1852, lançou a *Coleção de fábulas imitadas de Esopo e de La Fontaine dedicada à sua majestade o imperador o senhor D. Pedro II e oferecida à*

mocidade das escolas, obra impressa pela Tipografia Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães.

Com foco na mocidade estudantil, Justiniano é bem-sucedido, já que Elomar Tambara registra a aquisição e distribuição dos volumes das fábulas, ao lado de obras já mencionadas por Gonçalves Dias, como o catecismo de Claude Fleury. Assim, a *Coleção de Fábulas* pôde alcançar novas edições, como a de 1863, patrocinada agora pela Tipografia Nacional, e a de 1873, com o selo da Tipografia Cinco de Março. Conforme a versão *on-line* dessa obra⁶, ela contém 120 fábulas, ocupando, cada uma, uma página, já que a primeira edição do livro soma 120 páginas, número ligeiramente menor na versão de 1873.

A apresentação das fábulas é uniforme: narra-se a história que ilustra o título, a que se segue a “moralidade”, indicativa do “princípio” que o conto transmite, como exemplifica “A galinha dos ovos de ouro”, importada da coletânea de La Fontaine (1621-1695):

A galinha dos ovos de ouro.

Tinha certa velha uma galinha que lhe punha ovos de ouro; e bem que raros fossem, davam-lhe para viver em abundância. Um seu afilhado continuamente lhe dizia: “Como pode minha madrinha esperar pelos ovos desta galinha? Se põe ovos de ouro, é por certo toda de ouro; matemo-la”. A velha por fim cedeu. Morta a galinha, era por dentro como todas as galinhas.

MORALIDADE: Contentemo-nos, agradecidos, com os presentes que Deus nos dá no tempo e nos períodos que sua sabedoria entende convenientes.

As narrativas de La Fontaine atraíram a atenção de mais de um compilador. João Cardoso de Meneses e Sousa, o Barão de Paranapiacaba (1827-1915), ofereceu sua versão em 1883, quando publicou *O primeiro livro das fábulas... vertidas do francês e oferecidas ao governo imperial para uso das escolas de instrução primária*, pela Tipografia Nacional, obra reeditada, em 1886, em dois volumes, pela mesma gráfica e reimpresso ainda em 1905 pela Laemmert.

Paranapiacaba, que desde a juventude praticava a poesia, expõe as fábulas do escritor francês em versos. Em “O raposo e as uvas”, ele parece trocar a explicitação direta da moralidade pelo entendimento, por parte do leitor, do significado do desdém do animal pelas apetitosas frutas. Não evita, porém, a dicção lusitana, que persistia nos

⁶ Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/fabulas.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

livros escolares nacionais, apesar do esforço dos românticos em abrigar a linguagem da poesia:

O RAPOSO E AS UVAS
Um raposo da Gasgonha
(Outros dizem que normando)
Por vaixo d'alta parreira,
Ia faminto passando.
Pendiam da vinha uns cachos
Que maduros pareciam,
Pois de película rubra
Os bagos se revestiam.
Comera-os gostoso o biltre;
Mas, não podendo alcançá-los,
"Estão verdes, diz; só podem
Os faxineiros tragá-los".⁷

Da mesma década das *Fábulas* adaptadas por Paranapiacaba é outra coletânea, os *Contos infantis*, de Adelina Lopes Vieira (1850-?) e de sua irmã, a depois renomada romancista Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), inaugurando a participação feminina na produção de livros para a infância. O livro foi editado em 1886 em Lisboa (a partir da segunda tiragem, foi impresso no Rio de Janeiro), destinando-se, porém, aos estudantes brasileiros, razão pela qual veio a ser adotado para uso das escolas primárias, conforme determinação da Instrução Pública Primária e Secundária do governo federal.

Formam a obra 58 contos, sendo 31 deles em verso. Adelina Lopes Vieira escreveu catorze desses contos e traduziu dezessete, originalmente redigidos pelo francês Louis Ratisbonne (1827-1900), então conhecido autor de livros destinados ao público infantil (STANISLAVSKI, 2004; ALVES, 2008).

O poema "D. Quixote" pertence ao grupo de obras de autoria de Adelina Lopes Vieira, e parece concretizar algumas das aspirações das autoras: o emprego da linguagem coloquial; e a presença do humor, decorrente da narração das travessuras dos dois meninos:

Paulo tinha seis anos incompletos;
tinha só quatro o louro e gentil Mário.
Foram à biblioteca, sorrateiros,
e ficaram instantes, mudos, quietos,
a espreitar se alguém vinha; então, ligeiros
como o vento, correram p'ra o armário,

⁷ Disponível em: <<http://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/p00/p000457.htm>>. Acesso em: 29 set. 2016.

que encerrava os volumes cobiçados:
 eram dois grandes livros encarnados,
 cheios de formosíssimas gravuras,
 mas pesados, meu Deus!
 Os pequeninos
 porfiavam, cansados, vermelhitos,
 por tirá-los da estante. Que torturas!
 'Stavam tão apertados, os malditos!
 Enfim, venceram não sem ter lutado...
 Paulo entalou um dedo, o irmãozinho,
 ao desprender os livros, coitadinho!
 cambaleou, e foi cair... sentado.
 Não choraram: beijaram-se contentes
 e Paulo disse a Mário: Que belote!
 vamos ver à vontade o *D. Quixote*,
 sem os ralhos ouvir, impertinentes,
 da avó, que adormeceu. Oh! que ventura!⁸

4 Enfin Quaresma vint

As obras até agora citadas parecem não ter conseguido – provavelmente porque não o desejassem – fugir do enquadramento pedagógico. Destinadas a crianças, algumas optaram de imediato pelo mercado escolar, outras acabaram por ser adotadas para uso em sala de aula. Para alterar o panorama, foi preciso o livreiro Pedro da Silva Quaresma (?-?) decidir lançar uma coleção dirigida à infância, formada a partir da recolha de narrativas então em circulação de preferência oral (ou em livros impressos em Portugal). Assim, em 1894, o proprietário da Livraria Quaresma encomenda ao jornalista Figueiredo Pimentel (1869-1914) a escrita de uma coleção de contos para crianças. A 25ª edição contém um prefácio, datado de junho de 1958, que narra como se deu a produção do livro, nascida do esforço de oferecer à infância livros em que os contos “que todos nós ouvimos em pequenos” estivessem “devidamente colecionados em volume para uso das crianças”. O problema é que “as obras, nesse gênero, que havia em português, ou eram mal escritas, e até imorais, ou destinavam-se ao estudo da nossa nacionalidade”. Por isso, “[...] o sr. Figueiredo Pimentel, reunindo-os, prestou relevante serviço à juventude. Lendo alguns deles em francês, espanhol, italiano, alemão e inglês, colhendo outros diretamente da tradição oral, contou-os a seu modo, em linguagem fácil, estilo correntio sem termos bombásticos e rebuscados, como convém, para o fim a que a obra se destina” ([EDITOR], 1958. p. 7-8).

⁸ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/wk000074.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

Na continuação, o Editor informa os números sinalizadores do sucesso de vendas que foram os *Contos da Carochinha*:

Perto de cem mil volumes correm de mão em mão, em todos os Estados, em todas as cidades e vilas do Brasil. Rara será a casa que não tenha um ou mais exemplares: os *Contos da Carochinha* penetraram no lar, lidos e relidos, como a Bíblia nos serões da família inglesa; indicaram as escolas públicas e particulares; espalharam-se por toda a parte. ([EDITOR], 1958. p. 8-9).

As *Histórias do Arco da Velha*, publicadas pouco tempo depois, experimentaram êxito similar, a ponto de o editor comentar:

Pela décima segunda vez imprime-se este livro: *Histórias do Arco da Velha*.

Para quem conhece o que é o pequeno movimento literário no Brasil, o fato de uma obra qualquer chegar à segunda edição, é garantia certa do seu sucesso indiscutível. Assim mesmo, é preciso que se passem anos e anos, além de que, geralmente, as edições são de um, dois, e, quando muito, três mil exemplares.

Assim, pois, a décima segunda edição de um livro no nosso pouco desenvolvimento meio intelectual é tão anormal, que quase chega a ser um milagre.

Esse sucesso [...] só tem alcançado a BIBLIOTECA INFANTIL, dirigida e escrita pelo popularíssimo escritor brasileiro, Sr. Figueiredo Pimentel.

.....

.....

Todas essas obras já estão em mais de uma edição, e ainda não tivemos edição menor de dez mil exemplares, o que quer dizer que se contam por milhões os livros para crianças espalhados por todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, tendo invadido as mais remotas povoações sertanejas. (LIVRARIA QUARESMA LTDA, 1959. p. 5-6).

O negócio dos livros para crianças, incipiente à época do *Tesouro dos meninos* e do *Livro de Leitura*, mostra-se agora bem mais rentável, rentabilidade crescente à medida que aumenta a produção. Que se assenta nos seguintes fatores: alia escola e família, pois, ainda que se dirija à criança, sobrepõe à perspectiva dessas o teor doutrinário, tornando as obras elegíveis conforme os critérios dos adultos, sejam professores ou familiares; além disso, procede a uma higiene linguística, extraíndo a imoralidade dos textos, corrigindo a redação e facilitando o vocabulário.

Por fim, alimenta-se do acervo já constituído da narrativa oral, acompanhando o modelo europeu (igualmente bem-sucedido) de criação da literatura infantil; no caso

brasileiro, contudo, esse processo apresenta uma peculiaridade: de um lado, o compilador, Figueiredo Pimentel, colheu os contos “diretamente da tradição oral”; de outro, valeu-se dos textos escritos, lidos “em francês, espanhol, italiano, alemão e inglês”, que eram originalmente os *Märchen* provenientes do acervo oral europeu.

O apelo às narrativas de circulação oral e procedência popular não se deve, contudo, tão-somente ao desejo de repetir, com o mesmo sucesso, o processo de produção dos *Kinder-und Hausmärchen*, dos irmãos Grimm. O êxito decorre também do fato de que se reproduz, sob a forma de livro, o modo como as crianças brasileiras tomavam conhecimento de histórias fictícias, transmitidas pelos adultos, de preferência mulheres, mais provavelmente pretas, escravas e ex-escravas que assumiam a educação caseira da infância nacional. Não por acaso Francisco Otaviano discute a seleção de obras para a escola fundamentado no “apego às reminiscências da infância”. E não são poucos os escritores brasileiros que relembram, com nostalgia, as histórias que ouviam, em criança, narradas por uma doméstica, seguidamente preta, escrava ou ex-escrava que os introduzia no mundo encantado da literatura oral⁹. São elas que facultam a passagem do oral para o escrito, como ocorre a Graça Aranha, que, fazendo o retrospecto de sua vida infantil, dividida entre a escola e a família, ancora o prazer suscitado pela literatura nas histórias que a preta Militina lhe contava, julgadas por ele verdadeiro “feitiço”¹⁰.

É o que acontece aos *Contos da Carochinha* e a suas bem-sucedidas herdeiras, *Histórias da avozinha* e *Histórias da Baratinha*, de Figueiredo Pimentel, e *Histórias do Arco da Velha*, de Viriato Padilha (1866-1924). Transformam a tradição oral em fonte e inspiração, mas fazem com que o leitor a conheça por intermédio do texto escrito; com isso, o narrador toma o lugar da “preta velha”, alteração que revela a passagem de um modelo tradicional de economia, fundado no trabalho escravo e na exploração da terra, para um sistema capitalista moderno, dependente do mercado.

A preocupação em reproduzir a oralidade aparece, por exemplo, em “O patinho aleijado”, que Figueiredo Pimentel colocou em *Histórias da avozinha*, conto inspirado em “O patinho feio”. O texto abre com uma descrição de um cenário rural, de fundo idílico, graças à presença das aves que costumam reunir-se junto a uma lagoa do local. Porém, a narração propriamente dita começa por um “ora”, expressão fática e característica da palavra oral, sugerindo que o narrador almeja alcançar a atenção de

⁹ Ver a respeito os depoimentos recolhidos por Leonardo Arroyo (ARROYO, 1968, p. 49-57). Ver também LAJOLO; ZILBERMAN, 1984.

¹⁰ ARANHA, Graça. *O meu próprio romance*. São Paulo: Nacional, 1931. p. 79.

seus ouvintes. Na mesma oração, recorre ao gerúndio, indicando a intenção de reforçar a coloquialidade do discurso: “Ora, uma vez, estava uma velha pata chocando alguns ovos que pusera, deitada num ninho de folhas”. (PIMENTEL, s. d., p. 53). Em “A princesa dos cabelos de ouro”, também das *Histórias da avozinha*, de novo o narrador vale-se de recursos próprios à oralidade para introduzir o assunto, ao utilizar a primeira pessoa do discurso e ao identificar-se enquanto responsável pela transmissão do conto: “Quantos séculos correram depois da história que vamos narrar, não sei, nem pessoa alguma poderá sabê-lo, só se sabe que, por esse tempo, existiu o reino das Maravilhas, e nele uma jovem tão linda, que nada neste mundo se podia comparar.” (PIMENTEL, s. d., p. 140).

Ao incorporar elementos da narrativa de circulação oral, ainda quando mediados pela norma culta, e oriundos da tradição popular, a literatura infantil começa a constituir-se enquanto gênero autônomo com características próprias. Entre essas, contam-se

- o emprego de uma linguagem que, marcada pela coloquialidade, reproduz o processo de transmissão de histórias do adulto para a criança;

- o direcionamento do leitor, seja no sentido de orientá-lo intelectual ou emocionalmente, seja no sentido de seduzi-lo;

- a dependência do mercado consumidor, a partir do qual se define e ao qual alimenta em proporções sempre crescentes;

- a proximidade com a literatura escolar, com a qual se confundiu por muito tempo e da qual não se livrou, seja porque depende de os professores ensinarem as crianças a ler, seja porque carece da aprovação dos adultos – professores e familiares, mais do que dos críticos e historiadores da literatura –, seja porque, de um modo ou de outro, tende a expressar um ensinamento e esperar uma aprendizagem.

No último decênio do século XIX, a literatura infantil, ainda que aliada à escola, e confundida em parte com o livro didático, está suficientemente madura para começar sua história independente, protagonizada logo a seguir por Tales de Andrade (1890-1977), Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Neto (1864-1934), Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925), entre outros nomes que ajudaram a consolidar aquele gênero literário entre crianças e adultos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. A infância, a leitura e o leitor, em Portugal e no Brasil (1880-1920). In: 1º CONGRESSO INTERNACIONAL EM ESTUDOS DA CRIANÇA - Infâncias Possíveis, Mundos Reais, 2008, Braga, Portugal. Braga: Instituto de Estudos da Criança. Disponível em: <http://magnetesrvk.no-ip.org/casadaleitura/portalpha/bo/documentos/ot_angelica_alves_a.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

ARROYO, L. *Literatura infantil brasileira*. Ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

CABRAL, A. V. *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

[EDITOR]. Prefácio. In: PIMENTEL, A. F. *Contos da Carochinha*. 24. ed. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1958.

FLEUISS, M. Sessão especial, comemorativa do centenário natalício do Barão de Macaúbas. *Revista Trimestral*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 96 (150): 420-434, 1924.

HALLEWELL, L. *Books in Brazil*. A history of the the publishing trade. Metuchen & London: The Scarecrow Press, 1982.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *Um Brasil para crianças*. Para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores, textos. São Paulo: Global, 1986.

_____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LIVRARIA QUARESMA LTDA. Ao leitor. In: PADILHA, V. *Histórias do Arco da Velha*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1959.

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MOACYR, P. *A instrução e as províncias*. (Subsídios para a história da educação no Brasil). 1835-1889. São Paulo: Nacional, 1939. v. 2.

MORAES, R. B. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, A. M. A.; MORAES, R. B. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP; Kosmos, 1993. v. 1.

NEVES, L. M. B. P.; VILLALTA, L. C. A Impressão Régia e as novelas. In: NEVES, L. M. B. P.; VILLALTA, L. C. (Org.). *Quatro novelas em tempos de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

PIMENTEL, F. O patinho aleijado. In: _____. *Histórias da Avozinha*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, s.d.

POMPEIA, R. *O Ateneu*. In: _____. *Obras*. Organização e notas de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Oficina Literária Afrânio Coutinho; Brasília: FENAME, 1981. v. 2.

RAMOS, V. *A edição portuguesa em França (1800 - 1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1972.

RAZZINI, M. P. G. *O espelho da nação: a Antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. Campinas: IEL, 2000.

RODRIGUES, A. G. *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951.

ROMERO, S. O professor Carlos Jansen e as leituras das classes primárias. In: _____. *Estudos de literatura contemporânea. Páginas de crítica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1885.

SILVA, M. A. *Notícia do catálogo de livros*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

SILVA, M. B. N. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SOUZA, A. [Bruno Seabra]. *Memórias de um pobre diabo*. Rio de Janeiro: Livraria Luso-Brasileira, 1868.

STANISLAVSKI, C. F. S. Uma leitura de *Contos infantis* (1886), de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 2, 2004.

TAMBARA, E. Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. Disponível em: <www.26reuniao.anped.org.br/trabalhos/elomarantoniotambara.rtf>. Acesso em: 29 set. 2016.

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

Data de submissão: 06/09/2016

Data de aprovação: 24/09/2016